



O FEMINISMO ECOLÓGICO COMO UM NOVO OLHAR PARA O TERRITÓRIO A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE GÊNERO

Samira Aparecida Santos Albuquerque

Universidade Federal do ABC - UFABC | samira.albuquerque@ufabc.edu.br

Igor Matheus Santana Chaves

Universidade Federal do ABC em cotutela com a Universidade de Lisboa | igor.chaves@ufabc.edu.br

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: O planejamento territorial, enquanto campo teórico e prático, é influenciado por fatores socioeconômicos, culturais e dinâmicas naturais. Neste sentido, este artigo examina a questão de gênero no planejamento territorial, integrando o feminismo ecológico para propor novas práticas que conectem questões ambientais e de gênero. Estruturado em duas partes, aborda, inicialmente, o contexto histórico, analisando como colonização e neoliberalismo moldaram territórios e relações de gênero. Em seguida, explora a participação das mulheres na análise e configuração do espaço territorial, evidenciando contribuições e desafios. A análise sugere perspectivas para políticas públicas e estratégias de planejamento mais inclusivas e justas. Desenvolvido como um ensaio teórico-reflexivo com base em revisão de literatura, o trabalho busca levantar questões e fomentar o debate, ao invés de oferecer conclusões definitivas, promovendo contribuições e avanços nos estudos sobre território e gênero.

Palavras-chave: Feminismo ecológico; gêneros; planejamento territorial; dinâmicas territoriais.

ECOFEMINISM AS A NEW PERSPECTIVE ON TERRITORY FROM GENDER PERSPECTIVES

Abstract: Territorial planning, as a theoretical and practical field, is shaped by socioeconomic, cultural, and natural dynamics. In this context, this article examines the role of gender in territorial planning by incorporating ecofeminism to propose new practices that bridge environmental and gender issues. Divided into two parts, the article first addresses the historical context, analyzing how colonization and neoliberalism have influenced territories and gender relations. Then, it explores women's participation in analyzing and shaping territorial space, highlighting their contributions and challenges. The analysis offers perspectives for more inclusive and equitable public policies and planning strategies. Developed as a theoretical-reflective essay based on a literature review, this work seeks to raise questions and foster debate rather than provide definitive conclusions, contributing to advancements in studies on territory and gender.

Keywords: Ecofeminism; gender; territorial planning; territorial dynamics.

EL ECOFEMINISMO COMO UNA NUEVA MIRADA AL TERRITORIO DESDE LAS PERSPECTIVAS DE GÉNERO

Resumen: El planeamiento territorial, como campo teórico y práctico, está influido por dinámicas socioeconómicas, culturales y naturales. En este sentido, este artículo examina la cuestión de género en el planeamiento territorial, integrando el ecofeminismo para proponer nuevas prácticas que conecten cuestiones ambientales y de género. Dividido en dos partes, el artículo aborda primero el contexto histórico, analizando cómo la colonización y el neoliberalismo han moldeado los territorios y las relaciones de género. Luego, explora la participación de las mujeres en el análisis y configuración del espacio territorial, destacando sus contribuciones y desafíos. El análisis sugiere perspectivas para políticas públicas y estrategias de planificación más inclusivas y justas. Desarrollado como un ensayo teórico-reflexivo basado en revisión bibliográfica, este trabajo busca plantear interrogantes y fomentar el debate, más que ofrecer conclusiones definitivas, promoviendo avances en los estudios sobre territorio y género.

Palabras clave: Ecofeminismo; género; planificación territorial; dinámicas territoriales.

INTRODUÇÃO

A interseção entre os estudos de gênero e a questão territorial evidencia uma intrincada rede de relações moldadas pelas dinâmicas espaciais e sociais, que, por sua vez, impactam a organização e uso do território. Este campo de investigação é essencial para compreender como as desigualdades de gênero se manifestam e persistem no espaço urbano e regional (HELENE et al., 2021). Dessa forma, é fundamental analisar como os processos de colonização e neoliberalismo moldaram a ocupação, distribuição e disputas territoriais, perpetuando desigualdades socioeconômicas que impactam de maneira desproporcional mulheres e outros grupos marginalizados. Essas desigualdades, além de estruturais, estão profundamente entrelaçadas com questões de raça e classe, demandando uma abordagem analítica que integre indicadores de gênero para compreender suas múltiplas dimensões.

Sob essa ótica, surge a necessidade de adotar abordagens interdisciplinares no planejamento territorial, capazes de enfrentar os desafios impostos por essas dinâmicas. É essencial compreender os fatores contemporâneos que influenciam a ocupação do espaço e suas repercussões, seja na manutenção das desigualdades ou na construção de estratégias que favoreçam sua superação. Tal perspectiva é imprescindível para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes (Jeroen et al., 2016).

Neste contexto, Favareto (2012; 2013) destaca contribuições relevantes para o campo do planejamento territorial, abordando tanto as dinâmicas dos conflitos quanto a importância da governança territorial mais inclusiva e justa. Ele enfatiza que os conflitos territoriais não se limitam a disputas por recursos naturais, mas refletem divergências mais amplas sobre modelos de desenvolvimento e direitos territoriais, envolvendo uma complexa rede de atores em diferentes escalas: "Os conflitos territoriais não são apenas disputas por recursos naturais, mas também expressões de divergências profundas sobre os modelos de desenvolvimento e os direitos territoriais, envolvendo atores locais, regionais e globais" (Favareto, 2013, p. 54).

Moser (1993) introduz o conceito de planejamento de gênero, destacando a necessidade de integrar uma análise crítica das relações de gênero às políticas e práticas de desenvolvimento. Seu trabalho evidencia como as políticas urbanas frequentemente negligenciam as necessidades específicas de mulheres, especialmente em países do Sul Global, onde as desigualdades de gênero, raça e classe são agravadas por históricos de colonização e desigualdade estrutural. Nessa linha, Speak e Kumar (2018) ampliam o debate ao reforçar que abordagens de planejamento devem considerar as interseccionalidades que moldam as experiências urbanas, particularmente em contextos de urbanização acelerada no Sul Global. Para os autores, a modernização urbana muitas vezes perpetua desigualdades, ignorando a diversidade de necessidades e reforçando estruturas patriarcais que excluem grupos marginalizados do processo decisório.

Yiftachel e Mammon (2022) complementam essa perspectiva ao destacar a relevância de teorias urbanas que reconheçam a colonialidade e a desigualdade nas cidades do Sul Global.

Eles argumentam que integrar perspectivas de gênero é essencial para compreender dinâmicas de exclusão e resistência, promovendo abordagens mais inclusivas e sensíveis às realidades locais.

Para Rolnik (2015), ao abordar o caso brasileiro, analisando como políticas habitacionais historicamente desconsideram as especificidades de gênero. Essa negligência resulta em espaços urbanos que não atendem às necessidades de mulheres de baixa renda, reforçando desigualdades estruturais. Como exemplo, em Momm et al. (2022), se destaca como a falta de infraestrutura adequada, como creches, postos de saúde, escolas e áreas de lazer, reflete a urgência de integrar uma perspectiva de gênero no planejamento territorial. Essa lacuna afeta diretamente a vida de mulheres e crianças, agravando desigualdades sociais e econômicas, especialmente em regiões periféricas e de baixa renda.

Essas contribuições convergem para evidenciar a urgência de adotar práticas de planejamento que reconheçam e enfrentem desigualdades estruturais, promovendo a inclusão de mulheres e outros grupos marginalizados nos processos de planejamento urbano e territorial. Tais abordagens são essenciais para construir espaços mais justos, equitativos e adequados às necessidades de uma sociedade plural.

Em outro giro, o feminismo ecológico destaca a conexão intrínseca entre gênero e meio ambiente, evidenciando como as opressões vivenciadas pelas mulheres e a exploração dos recursos naturais estão enraizadas em estruturas capitalistas e patriarcais que promovem a dominação e a exploração. Nesse contexto, Puglia (2016) ressalta a importância de integrar uma abordagem feminista no processo de urbanização, apontando que as políticas de planejamento urbano frequentemente negligenciam as necessidades específicas das mulheres. Essa ausência resulta em espaços que reforçam desigualdades de gênero. Para Puglia, adotar uma perspectiva feminista no planejamento urbano é essencial para fomentar cidades mais inclusivas, equitativas e sensíveis às demandas de diferentes grupos sociais.

O feminismo ecológico, além de considerar essa conexão como fundamental para reavaliar as práticas territoriais, ainda sustenta que elas estimulam a valorização dos conhecimentos tradicionais e locais das mulheres, que podem contribuir para o alcance de soluções para problemas ambientais persistentes e, por meio delas, garantir justiça ambiental e social.

Ao desafiar os moldes dominantes de desenvolvimento, que preconiza um crescimento econômico que, para manter suas estruturas de poder causam detrimento da sustentabilidade e da equidade social, por meio de monoculturas, extrativismo e projetos que desconsideram seus impactos negativos, o feminismo ecológico pode alterar positivamente as práticas territoriais, na defesa de políticas que promovam a interdependência dos seres humanos, a conservação e regeneração do meio ambiente, dando enfoque à sustentabilidade à resiliência comunitária, propondo caminhos que conduzam à equidade e beneficiem tanto as pessoas quanto o meio em que habitam.

Isto posto, este artigo crítico-reflexivo utiliza a revisão de literatura para investigar a questão de gênero no contexto do planejamento territorial, com foco específico em como o feminismo ecológico propõe uma reavaliação das práticas territoriais. O objetivo é teorizar e refletir sobre a importância de uma abordagem que integre questões ambientais e de gênero.

Para tanto, o artigo se divide em duas partes principais. Na primeira seção, apresenta um contexto histórico, explorando como os processos de colonização e neoliberalismo moldaram os territórios e as relações de gênero. Em seguida, discute a participação das mulheres na análise e na configuração do espaço territorial, destacando suas contribuições e os desafios que enfrentaram. Na segunda seção, a análise das lutas feministas e do feminismo ecológico oferece novas perspectivas para a elaboração de políticas públicas e estratégias de planejamento territorial mais inclusivas e justas. Esta seção visa não apenas levantar questões para o debate, mas também contribuir para o avanço analítico dos estudos sobre território e gênero. Logo em seguida, faz uma reflexão ligada às agendas futuras.

Por fim, destaca-se que o artigo não apresenta conclusões definitivas, mas argumentos baseados na literatura, que fomentam o debate e contribuem para o desenvolvimento do campo do planejamento territorial e dos estudos de gênero.

CONTEXTO HISTÓRICO: DO COLONIAL E/AO NEOLIBERAL

A colonização, como enfatizado por Quijano (2005), não se limitou a um processo político de dominação, mas instaurou uma nova lógica de poder: a colonialidade. Essa lógica estruturou um padrão global de controle social baseado em categorias como raça e divisão do trabalho, legitimando desigualdades que perduram até hoje. A ideia de raça foi central para a construção da hierarquia social, associando grupos racializados a formas específicas de trabalho não assalariado, enquanto os colonizadores monopolizavam posições de privilégio e poder. Além disso, essa divisão operou em uma dimensão epistêmica, desvalorizando os conhecimentos locais e impondo um paradigma eurocêntrico como universal.

Entretanto, a colonialidade também moldou o espaço de maneira fundamental, como argumenta Doreen Massey (1994), ao tratar o espaço como algo dinâmico e relacional. Para Massey, o espaço é socialmente construído e reflete as relações de poder que o configuram. Nesse contexto, a colonização produziu um espaço hierárquico e desigual, onde a organização territorial foi orientada para beneficiar os interesses metropolitanos às custas das populações locais. A criação de fronteiras arbitrárias, a imposição de padrões culturais europeus e a marginalização de saberes locais exemplificam como o espaço foi instrumentalizado para consolidar o controle colonial.

A lógica da colonialidade estruturou um padrão global de controle social que instrumentaliza categorias como raça, classe e divisão do trabalho. No entanto, o gênero ocupa um papel central nesse processo, funcionando como um marcador que organiza corpos, subjetividades e relações de poder. Massey (1994, p. 179) reforça que as relações de gênero não apenas

informam, mas também moldam espacialidades, criando lugares que refletem e reproduzem desigualdades estruturais. Judith Butler complementa essa análise ao argumentar que as normas de gênero foram historicamente mobilizadas para naturalizar desigualdades e justificar a subordinação de mulheres e pessoas não conformes às normas cis-heteronormativas: "O gênero é um campo de poder [...] usado para manter hierarquias e exclusões que sustentam o status quo" (Butler, 2024, p. 45).

Na colonização, isso se manifestou por meio da imposição de padrões patriarcais europeus sobre as sociedades colonizadas, intensificando a divisão sexual do trabalho e marginalizando corpos dissidentes. Essa instrumentalização do gênero, longe de ser superada, é reconfigurada no neoliberalismo, onde discursos de igualdade superficial frequentemente mascaram a reprodução de hierarquias estruturais que perpetuam a exploração e exclusão de corpos subalternizados. Assim, o gênero opera como uma categoria-chave que atravessa a colonialidade e o neoliberalismo, moldando práticas territoriais e relações de poder de forma interseccional.

Os impactos territoriais desse processo são evidentes na expropriação das terras indígenas e na criação de fronteiras arbitrárias que desconsideravam divisões culturais e étnicas pré-existentes. Essa dinâmica não apenas provocou disputas territoriais ainda presentes, mas também contribuiu para a consolidação de uma geografia econômica desigual, moldada pela lógica extrativista e pela exportação. As infraestruturas construídas, como portos e ferrovias, priorizavam os interesses metropolitanos, relegando as populações locais à marginalização e ao deslocamento forçado (Rolnik, 2015). Essa marginalização continua a ser reproduzida, como observa Chauí (2000), perpetuando desigualdades estruturais que afetam principalmente comunidades indígenas e quilombolas.

Luciana Ballestrin (2013) reforça que o "giro decolonial" propõe uma ruptura epistemológica com essas estruturas, revelando a continuidade da colonialidade no neoliberalismo. Esse sistema econômico, ao intensificar a mercantilização dos territórios, favorece elites econômicas e perpetua desigualdades em nome do desenvolvimento. Sob o neoliberalismo, como apontam Rolnik (2015) e Maricato (2017), as cidades se tornam ativos financeiros, exacerbando processos como a gentrificação e a exclusão territorial de populações marginalizadas.

No mesmo sentido, Françoise Vergès, em *Um feminismo decolonial*, critica as estruturas imperialistas e o que denomina feminismo civilizatório, caracterizado pela opressão de um povo sobre outro. Ela contrapõe o feminismo decolonial ao feminismo liberal, que se restringe a pautas como igualdade no mercado de trabalho e liberação sexual, negligenciando as desigualdades entre mulheres de diferentes origens e classes. Vergès denuncia como essas práticas reforçam o patriarcado e a sujeição de mulheres, especialmente negras, ao destacar, por exemplo, o contexto da pandemia, quando muitas trabalhadoras domésticas negras mantiveram-se em funções essenciais para sustentar as rotinas de mulheres brancas. Para Vergès, o feminismo deve ser uma revolução social cotidiana que desafie a sociedade de

consumo e o capitalismo liberal, sob pena de ser absorvido por essas estruturas opressoras: "A relação dialética construída entre os corpos eficientes da burguesia neoliberal e os corpos exaustos das mulheres negras ilustra os vínculos entre neoliberalismo, raça, gênero e heteropatriarcado" (Vergès, 2020, p. 19).

A articulação entre as perspectivas decoloniais e feministas revela-se indispensável para enfrentar as consequências do neoliberalismo. Como enfatiza Vergès, é necessário desafiar as estruturas que vinculam raça, gênero e classe, promovendo uma revolução social cotidiana que priorize a vida e o bem-estar das populações marginalizadas. Essa abordagem não apenas questiona a exploração territorial e laboral, mas também aponta para um modelo alternativo de desenvolvimento, baseado na solidariedade e na sustentabilidade.

Movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), têm desempenhado papel fundamental na resistência a essas dinâmicas, propondo alternativas que combinam justiça social, ambiental e territorial. A luta por reforma agrária e moradia digna é, nesse sentido, uma resposta às políticas neoliberais que concentram terras e recursos nas mãos de poucos. Esses movimentos também reconhecem as desigualdades de gênero ao promover iniciativas lideradas por mulheres, que questionam tanto a divisão sexual do trabalho quanto a violência sistêmica que enfrentam.

Em paralelo, Andrade (2019) amplia essa análise ao destacar que o neoliberalismo transcende a desregulamentação econômica, instaurando uma racionalidade política e social que prioriza a lógica de mercado¹. O neoliberalismo adota uma política de austeridade, que reduz investimentos públicos, cortando programas sociais e infraestrutura, impactando de forma desproporcional áreas e populações vulneráveis. Sobre esse cenário, Rolnik salienta: "O neoliberalismo promove a mercantilização da cidade, transformando o espaço urbano em um ativo financeiro que exclui socialmente e segregada espacialmente. Essa lógica favorece a especulação imobiliária e desloca populações vulneráveis, precarizando a vida urbana" (Rolnik, 2015, p. 32).

Ermínia Maricato argumenta que as políticas urbanas neoliberais têm favorecido a elite econômica em detrimento das necessidades urgentes das populações mais vulneráveis, contribuindo para a privatização dos serviços públicos, a expulsão de populações pobres para áreas periféricas e intensificando a segregação socioespacial. Segundo ela: "A cidade neoliberal é um espaço de crescente desigualdade e conflitos" (Maricato, 2017, p. 89). Essa dinâmica reflete-se em fenômenos como a especulação imobiliária, que ignora as necessidades das populações locais, e a gentrificação, que desloca populações de baixa renda para periferias carentes de infraestrutura, aprofundando as desigualdades territoriais.

Para Milton Santos (2000), o neoliberalismo subordina os espaços às lógicas do mercado global, concentrando riqueza em áreas específicas e marginalizando vastas regiões. Essa lógica, ao transformar o espaço urbano em ativo financeiro, desconsidera as demandas das populações mais vulneráveis e promove uma reconfiguração espacial excludente. No entanto,

os impactos dessas políticas não se limitam ao território; eles também afetam diretamente a vida das mulheres, intensificando desigualdades de gênero.

As políticas neoliberais, como aponta Momm *et al.* (2022), exacerbam a segregação ocupacional e precarizam o trabalho, perpetuando a divisão sexual do trabalho. Cortes em serviços públicos essenciais, como creches, saúde e programas de assistência, afetam de forma desproporcional as mulheres, que dependem dessas estruturas para equilibrar responsabilidades profissionais e domésticas. Durante a pandemia de COVID-19, essa situação foi ainda mais agravada, com mulheres de baixa renda e mães solteiras enfrentando desafios adicionais, como aumento da pobreza e da insegurança alimentar.

Além disso, a redução do acesso a serviços de cuidados básicos impacta diretamente os direitos reprodutivos das mulheres, limitando sua autonomia em decisões relacionadas à saúde e à reprodução. Isso evidencia como o neoliberalismo não apenas intensifica desigualdades socioeconômicas, mas também aprofunda desigualdades de gênero, conectando-se às lógicas da colonialidade ao precarizar ainda mais os corpos femininos e subalternos. Assim, a interseção entre neoliberalismo e colonialidade torna-se evidente, revelando uma estrutura de exploração que reforça tanto as desigualdades territoriais quanto as de gênero.

Portanto, o neoliberalismo tende a minimizar as questões de gênero, relegando a violência e a discriminação a um plano secundário na agenda política. Isso contrasta diretamente com a urgência de investimentos em campanhas de conscientização, prevenção e infraestrutura necessárias para garantir a segurança e os direitos das mulheres. Marlise Matos destaca: "Os cortes nas políticas sociais e a privatização dos serviços públicos promovidos pelo neoliberalismo afetam diretamente as mulheres, que dependem desses serviços para equilibrar responsabilidades profissionais e domésticas. A precarização do trabalho e a falta de suporte estatal exacerbam a vulnerabilidade econômica das mulheres" (Matos, 2020, p. 112).

A análise crítica dessas dinâmicas evidencia a necessidade de estratégias que articulem abordagens decoloniais e feministas, capazes de enfrentar desigualdades estruturais e promover justiça social e territorial. Como apontam Ribeiro (1995) e Chauí (2000), os legados da colonização perpetuaram hierarquias econômicas, sociais e culturais que ainda moldam as relações de poder e a organização territorial no Brasil. Quando combinados às práticas neoliberais contemporâneas, esses legados não apenas mantêm, mas amplificam desigualdades, especialmente em relação ao gênero e ao território.

Assim, considerando os impactos históricos da colonização e os desdobramentos contemporâneos do neoliberalismo, este texto demonstra como ambas as forças estão interligadas e continuam a moldar práticas territoriais e desigualdades de gênero. A interseção entre colonialidade e neoliberalismo destaca uma estrutura de exploração que conecta raça, gênero e território, reforçando a necessidade de um compromisso político e social com práticas de resistência e transformação. Este debate é essencial para delinear

novos caminhos que possam mitigar essas desigualdades e promover justiça social e ambiental, princípios que serão aprofundados a seguir.

PERSPECTIVAS E PROPOSTAS: A INSURGÊNCIA DAS LUTAS DAS MULHERES PARA DESCOLONIZAR SEUS CORPOS E O TERRITÓRIO

A perspectiva de um planejamento emancipador, orientado pelo agir subversivo, apresenta-se como um desafio ao confronto com a realidade legalista e institucional frequentemente enfrentada por gestores e planejadores ambientais. No entanto, avanços podem ser alcançados ao valorizar saberes locais e legitimar ações comunitárias, promovendo uma visão contra-hegemônica. Nesse contexto, a descolonização dos corpos emerge como um processo crítico, que busca desafiar e dismantelar hierarquias impostas por lógicas coloniais e patriarcais, recuperando a autonomia, a identidade dos sujeitos subalternizados e a dignidade humana.

Conforme afirma María Dolores Marroquín, "o corpo é o instrumento com o qual tocamos a vida", sendo a conexão vital com a natureza e o cosmos, mas também o espaço onde as opressões se enraízam e as transformações emergem. A autora destaca que os corpos, especialmente de mulheres, populações indígenas e negras, são submetidos a um sistema de exploração que "naturaliza a opressão e a doutrinação do desejo" (Marroquín, 2023). Nesse sentido, a descolonização dos corpos não se limita à reestruturação física dos territórios, mas envolve uma profunda transformação das relações sociais e de poder que moldam esses espaços.

A luta contra a heteronormatividade compulsória e o sistema de classificação que padroniza corpos e identidades com base em gênero, raça, classe e sexualidade é central nesse processo. Como observa Marroquín, "sem a heterossexualidade compulsória, o sistema não pode manter as mulheres aprisionadas para explorá-las. Sem a exploração das mulheres, não pode manter o homem como o centro simbólico do mundo produtivo". Essas hierarquias estruturais são desafiadas ao legitimar múltiplas vozes e práticas, ressignificando violências internalizadas e questionando os mandatos de perfeição corporal (Marroquín, 2023)..

Michel Foucault contribui para essa análise ao destacar como o poder se manifesta diretamente sobre os corpos, moldando-os por meio de normas e práticas sociais. Em *Vigiar e Punir*, Foucault afirma que "[...] a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)" (Foucault, 1975, p. 135). Essa dinâmica, que transforma os corpos em superfícies de inscrição de poder, é central para compreender como as relações sociais e institucionais reproduzem desigualdades de gênero e territorialidade. Assim, ao se conectar com as análises decoloniais, Foucault ajuda a expor

os mecanismos sutis e institucionais pelos quais corpos femininos e subalternizados são disciplinados e marginalizados.

Judith Butler complementa essa discussão ao enfatizar que o gênero é frequentemente usado como um "fantasma político", mobilizado para reforçar hierarquias e exclusões: "O gênero se torna uma arma discursiva, usada para legitimar desigualdades e controlar corpos que fogem das normas" (Butler, 2024, p. 89). Segundo Butler, esse fantasma limita as possibilidades de emancipação ao restringir corpos a categorias normativas que servem aos interesses de sistemas de poder como o patriarcado e o neoliberalismo. Para romper com essas estruturas, Butler propõe que "coalizões baseadas na pluralidade e na interseccionalidade são necessárias para reconfigurar as lutas políticas de forma inclusiva" (Butler, 2024, p. 102).

Dentro dessa perspectiva, o controle e o disciplinamento dos corpos são orquestrados por normas de gênero internalizadas, que determinam como homens e mulheres se comportam e se movem nos espaços. Essas normas evidenciam restrições impostas às mulheres, tanto por construções culturais quanto por preocupações com segurança. Projetos institucionais podem ainda determinar a visibilidade ou invisibilidade de certos grupos, o que impacta diretamente a presença das mulheres nos espaços públicos e o reconhecimento de suas necessidades pelo Estado no planejamento territorial.

Neste sentido, contribuem também para esse debate as reflexões de Maria Lugones, que destaca como a colonialidade do poder não apenas subordina economias e políticas dos povos colonizados, mas também controla a sexualidade, o gênero e o corpo: "A descolonização dos corpos é, portanto, um processo que desafia as imposições coloniais sobre a identidade e a autonomia dos sujeitos subalternizados" (Lugones, 2008, p. 12). Essa compreensão evidencia como o controle sobre os corpos esteve no cerne das estratégias coloniais e, posteriormente, foi ressignificado no neoliberalismo para sustentar sistemas de exploração e exclusão.

A descolonização dos corpos é também o ponto de partida para a construção de práticas territoriais inclusivas. A perspectiva do feminismo ecológico reforça essa visão ao propor que, assim como o gênero, o território é objeto de apropriação identitária pelos processos de colonização e pelas políticas neoliberais. Julieta Paredes argumenta que "a decolonialidade dos corpos significa recuperar a sabedoria ancestral que reconhece os corpos como territórios de resistência e criação. Este processo é essencial para dismantelar as estruturas de poder que colonizam nossas existências cotidianas" (Paredes, 2010, p. 98).

Essas reflexões ressoam intensamente na discussão contemporânea sobre corpo, poder e visibilidade, fornecendo uma lente crítica essencial para compreender como as dinâmicas de gênero são moldadas e contestadas nos espaços públicos e no planejamento territorial. A partir dessa análise, observa-se que práticas de poder moldam não apenas subjetividades individuais, mas também as configurações espaciais e institucionais que determinam quem é visto, ouvido e legitimado nos territórios urbanos e rurais.

Nesse contexto, as lutas feministas e decoloniais destacam a conexão entre justiça ambiental e social, promovendo um território que reconheça a diversidade de experiências e assegure a inclusão de sujeitos historicamente marginalizados. O planejamento territorial, aliado ao ecofeminismo, pode oferecer alternativas concretas, como a participação ativa das mulheres e de minorias de gênero em políticas urbanas e territoriais, o desenvolvimento de infraestrutura inclusiva e segura, além de programas educativos voltados à prevenção da violência e à promoção da igualdade.

A descolonização dos corpos das mulheres emerge como o ponto de partida para um processo mais amplo de construção de práticas territoriais inclusivas. Essa abordagem é fortalecida pela perspectiva do feminismo ecológico, que propõe que o território, assim como o gênero, é objeto de apropriação identitária pelos processos de colonização e pelas políticas neoliberais. Ao conectar justiça ambiental e social à luta por um território inclusivo, o feminismo ecológico abre caminhos para reimaginar as relações de poder e promover práticas transformadoras.

Descolonizar os corpos e os territórios não se limita à contestação das normas opressivas, mas exige a construção de novas práticas que promovam justiça e emancipação. Ao aliar as perspectivas feministas e decoloniais, surgem possibilidades de reestruturar as relações de poder, garantindo uma sociedade que valorize tanto a pluralidade dos corpos quanto a sustentabilidade dos territórios. Essa reflexão conduz à próxima seção, de análise sobre o feminismo ecológico, que propõe um olhar inovador sobre o território pela perspectiva de gênero, ampliando as bases para práticas territoriais inclusivas e justas.

FEMINISMO ECOLÓGICO: UM NOVO OLHAR SOB O TERRITÓRIO PELA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Também chamado de ecofeminismo, o feminismo ecológico é uma vertente do feminismo que compreende a interconexão entre gênero e natureza, destacando que as mulheres sustentam uma relação especial com o meio ambiente em virtude de seus papéis de cuidado e subsistência (Shiva, 1989, p. 12). Esse movimento emergiu na década de 1970, em resposta ao modelo de desenvolvimento capitalista, criticado por perpetuar tanto a degradação ambiental quanto a desigualdade de gênero (Mies; Shiva, 1993, p. 14). O ecofeminismo também defende a valorização de saberes locais e tradicionais, especialmente aqueles presentes em comunidades indígenas e rurais, que frequentemente sofrem os impactos mais severos das práticas extrativistas e do agronegócio exploratório (Gebara, 1999, p. 47).

Ao posicionar o feminismo ecológico como objeto central de análise, este estudo dialoga com o campo interdisciplinar da Ecologia Política. Enrique Leff, em *Political Ecology: Deconstructing Capital and Territorializing Life*, observa que “a ecologia política surge como uma resposta social ao esquecimento da natureza pela economia política, investigando as relações de poder que atravessam o processo emancipatório rumo à sustentabilidade” (Leff, 2021, p. 45 - Tradução

nossa). Essa perspectiva reforça a crítica aos sistemas de dominação que interligam capitalismo, patriarcado e exploração ambiental, destacando a necessidade de práticas emancipatórias.

Complementando esse debate, o geógrafo britânico Anthony Bebbington aponta que mudanças na governança dos recursos naturais dependem da articulação de mobilizações políticas e arranjos institucionais. Ele afirma que “uma descrição adequada das mudanças nas instituições de governança deve explicar como mobilizações e redes políticas emergem e influenciam os resultados finais” (Bebbington, 20013, p. 89 - Tradução nossa). Essas mobilizações são fundamentais para contestar o modelo extrativista que negligencia tanto a justiça social quanto a sustentabilidade ambiental.

Elinor Ostrom, em seus estudos sobre governança em sistemas econômicos complexos, reforça a importância da participação colaborativa das populações locais em projetos que equilibrem produção e preservação ambiental. Ela argumenta que “os modelos clássicos de governança escondem os esforços produtivos de grupos que podem transformar dilemas sociais por meio da colaboração” (Ostrom, 2010, p. 645 - Tradução nossa). Essa abordagem é particularmente relevante no contexto do ecofeminismo, que valoriza a atuação das mulheres como líderes na gestão sustentável dos recursos naturais.

No Brasil, Ivone Gebara destaca que “o feminismo ecológico nos convida a repensar nossa relação com a natureza e com as mulheres, reconhecendo que a exploração ambiental e a opressão de gênero estão profundamente interligadas. Precisamos de uma ética de cuidado que respeite e valorize tanto o meio ambiente quanto as mulheres” (Gebara, 1999, p. 47). Essa visão é compartilhada por Valéria Pandjarian, que discute a necessidade de incorporar perspectivas feministas nas políticas ambientais, ressaltando que “as mulheres, especialmente aquelas em comunidades tradicionais e rurais, são frequentemente as primeiras a sofrer os impactos da degradação ambiental” (Pandjarian, 2015, p. 91).

De forma complementar, Favareto debate sobre os impactos sofridos pelas mulheres nos conflitos socioambientais e sua importância enquanto lideranças e resistência: “Os conflitos socioambientais muitas vezes revelam as desigualdades de gênero, onde as mulheres são as primeiras a sentir os impactos da degradação ambiental, mas também são as líderes na resistência e na busca por soluções sustentáveis” (Favareto, 2013, p. 97).

As mulheres desempenham um papel central em muitos contextos, sendo responsáveis pelo abastecimento de água, lenha e pela agricultura de subsistência. Sua participação ativa no uso e na preservação dos recursos naturais pode evitar práticas destrutivas, como o uso indiscriminado de agrotóxicos, além de promover segurança alimentar. Vandana Shiva, importante ecofeminista indiana, observa que “a destruição da natureza e a marginalização das mulheres são processos resultantes da mesma lógica de dominação masculina. Portanto, a luta pela justiça ambiental é inseparável da luta pela justiça de gênero” (Shiva, 1989, p. 42).

Maria Mies, em colaboração com Vandana Shiva, acrescenta que “a opressão das mulheres e a exploração da natureza têm suas raízes na mesma lógica de dominação e exploração capitalista. Para superar essas opressões, precisamos de uma transformação radical das nossas relações com a natureza e entre nós mesmos” (Mies; Shiva, 1993, p. 14). Essa transformação passa pela inclusão das mulheres como agentes fundamentais nas lutas ambientais e territoriais.

Portanto, o feminismo ecológico propõe um novo olhar sob o território, trazendo as mulheres para o centro do debate sobre políticas urbanas e territoriais. Essa abordagem reforça que a luta ambiental está intrinsecamente ligada à luta por igualdade de gênero, destacando a importância de práticas que priorizem a sustentabilidade e a justiça social.

REFLEXÕES PARA UMA AGENDA FUTURA

A análise apresentada ao longo deste artigo reflete a interconexão entre as dinâmicas de gênero, a organização territorial e os processos históricos e contemporâneos de exclusão e resistência. A partir de abordagens teóricas e práticas, como o feminismo ecológico, a Ecologia Política e o planejamento emancipador, foi possível destacar que a luta por territórios mais justos e igualitários está intrinsecamente ligada à valorização das vozes e dos saberes marginalizados.

O território, enquanto construção social e política, é frequentemente moldado por normas patriarcais que invisibilizam as mulheres e outras identidades dissidentes. Essas dinâmicas não apenas restringem o acesso e o uso equitativo dos espaços, mas também perpetuam estruturas de exclusão que afetam diretamente as condições de vida das populações vulneráveis. Autores como Judith Butler (2024) e Michel Foucault (1975) apontam que as normas de gênero e o disciplinamento dos corpos são ferramentas centrais para a manutenção dessas hierarquias. No contexto da organização territorial, essas dinâmicas refletem-se em políticas públicas que desconsideram as necessidades específicas das mulheres, como segurança, mobilidade e acesso a recursos básicos. É nesse ponto que o feminismo ecológico, ao enfatizar a interconexão entre gênero e meio ambiente, propõe um contraponto crítico, sugerindo a inclusão de múltiplas vozes no planejamento urbano e territorial.

A justiça ambiental é um conceito que emerge como resposta às práticas de exploração e degradação ambiental que desproporcionalmente afetam populações marginalizadas, especialmente mulheres em contextos rurais e periféricos. Vandana Shiva (1989) argumenta que a destruição da natureza e a marginalização das mulheres compartilham uma lógica de dominação que privilegia o lucro e o poder em detrimento da vida. Essa abordagem é particularmente relevante em territórios que enfrentam desafios como o agronegócio exploratório e o extrativismo. As mulheres, muitas vezes liderando resistências nesses

contextos, não apenas protegem os recursos naturais, mas também reivindicam políticas que reconheçam sua agência como gestoras do ambiente e promotoras de justiça socioambiental.

O papel do Estado na promoção de um planejamento territorial inclusivo e justo é fundamental. No entanto, como apontam Elinor Ostrom (2010) e Enrique Leff (2021), isso requer a adoção de abordagens colaborativas e descentralizadas que integrem as comunidades locais como agentes ativos. Essas iniciativas incluem o fortalecimento de políticas que promovam a equidade de gênero, a proteção ambiental e o reconhecimento dos direitos territoriais de populações tradicionais e indígenas.

Por outro lado, o modelo de Estado neoliberal tem se mostrado inadequado para atender a essas demandas, priorizando interesses de mercado em detrimento da sustentabilidade social e ambiental. Isso reforça a necessidade de reformular as políticas públicas para que incorporem perspectivas feministas e decoloniais, promovendo uma justiça territorial que reconheça a pluralidade de vozes e experiências. A articulação entre colonialidade, neoliberalismo e práticas territoriais exige uma reflexão que vá além da crítica e promova uma transformação efetiva nas políticas públicas e sociais. As discussões ao longo deste artigo evidenciam que a integração de abordagens decoloniais, feministas e ambientais é fundamental para responder às desigualdades estruturais que persistem no território. Nesse sentido, as agendas internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), oferecem uma oportunidade para alinhar esforços globais e locais em direção à justiça social e ambiental.

Os objetivos como o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) destacam a importância de garantir que políticas urbanas e ambientais sejam inclusivas, seguras e participativas. No entanto, para que esses objetivos sejam alcançados, é essencial que os Estados e as instituições internacionais reconheçam e enfrentem as interseções entre gênero, território e meio ambiente. Isso inclui o desenvolvimento de indicadores específicos que capturem as desigualdades enfrentadas por mulheres e comunidades marginalizadas, bem como o monitoramento contínuo da implementação dessas políticas.

Embora o neoliberalismo, e as políticas de austeridade, tenha promovido o esvaziamento do papel do Estado, como observado em Rolnik (2015) e Sassen (2014), a governança estatal continua sendo crucial para a promoção de políticas públicas que mitiguem as desigualdades territoriais. O fortalecimento de estados capazes de articular agendas globais como os ODS com demandas locais é um ponto central para o sucesso de qualquer transformação territorial.

Neste sentido, Harvey (2014) e Rolnik (2015) destaca que o papel do Estado não pode ser apenas regulatório; ele deve ser proativo na criação de políticas que integrem participação comunitária, combate à especulação imobiliária e promoção de infraestrutura inclusiva. Iniciativas como o reconhecimento de territórios tradicionais e a priorização de projetos de

agroecologia e economia solidária são exemplos de como os estados podem alinhar-se às metas globais sem perder de vista as especificidades locais.

Movimentos sociais, como o MST e o MTST, têm demonstrado que a transformação territorial depende diretamente da participação ativa das comunidades. Esses movimentos são exemplos práticos de como agendas locais podem se conectar a debates globais, promovendo justiça social e ambiental. Dentro do MST, a questão de gênero é abordada por meio do bem como o LGBT Sem Terra e Mulheres MST, que desenvolve ações e programas voltados à equidade de gênero e ao enfrentamento da violência contra mulheres no campo. Este primeiro coletivo promove debates sobre a divisão sexual do trabalho, a representatividade das mulheres nos espaços de decisão e a construção de um feminismo popular, conectado às lutas por terra e território.

Da mesma forma, o MTST possui grupos específicos voltados às mulheres, como o Setor de Gênero – Mulheres, que trabalha na formação política e no fortalecimento do papel das mulheres como lideranças na luta por moradia digna. Esses grupos também enfrentam as interseções entre gênero, raça e classe, reconhecendo que as mulheres, especialmente negras e periféricas, estão entre as mais afetadas pelas desigualdades territoriais.

Rolnik (2015) e Santos (2000) apontam que, para que essas iniciativas tenham impacto duradouro, é fundamental que os estados se posicionem como mediadores e facilitadores, em vez de agentes do mercado. Nesse contexto, os coletivos de gênero dentro do MST e do MTST desempenham um papel crucial na construção de práticas que desafiem a lógica patriarcal e neoliberal, promovendo a inclusão de mulheres como agentes centrais nas transformações territoriais. Essas iniciativas não apenas ampliam a representatividade, mas também integram perspectivas feministas às lutas por justiça social e ambiental, fortalecendo a articulação entre os movimentos locais e as agendas globais.

As reflexões apresentadas neste artigo apontam para a urgência de reestruturar as relações de poder que moldam os territórios e as subjetividades. Isso requer a integração de abordagens feministas, decoloniais e ecológicas, que promovam a valorização dos saberes locais, a participação ativa das mulheres e a construção de políticas que respeitem a diversidade e a equidade. Em última análise, descolonizar os corpos e os territórios não é apenas uma questão de contestação, mas de criação de novas práticas sociais e institucionais que priorizem a justiça, a dignidade e a sustentabilidade. Como argumenta Maria Mies (1993), essa transformação só será possível por meio de uma ruptura radical com as lógicas de exploração que sustentam o capitalismo e o patriarcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersecção entre gênero e práticas territoriais é fundamental para entender e abordar as desigualdades sociais e ambientais contemporâneas. O reconhecimento dessa intersecção

revela como as relações de poder e as estruturas de dominação moldam tanto os espaços que a sociedade habita quanto as identidades e experiências das pessoas que os ocupam.

As mulheres, especialmente aquelas de comunidades marginalizadas, frequentemente enfrentam desafios específicos relacionados ao uso e acesso aos territórios, exacerbados por políticas e práticas que não consideram suas necessidades e perspectivas. Portanto, uma análise integrada que combine gênero e territorialidade é essencial para criar políticas mais justas e inclusivas.

Os processos de colonização e o neoliberalismo têm deixado marcas profundas nos territórios e nas relações de gênero. A colonização impôs uma estrutura de dominação que desvalorizou e subjugou as populações nativas e suas práticas territoriais, resultando em uma desigualdade persistente, que ainda afeta essas comunidades. As mulheres, em particular, foram duplamente oprimidas pela colonização, enfrentando tanto a violência de gênero quanto a perda de autonomia territorial.

O neoliberalismo, com sua ênfase no mercado livre, privatização e desregulamentação, continua a exacerbar essas desigualdades. Políticas neoliberais frequentemente priorizam o lucro sobre o bem-estar comunitário e ambiental, levando à exploração intensiva de recursos naturais e ao deslocamento de populações vulneráveis. Essa abordagem tende a marginalizar ainda mais as mulheres, que frequentemente dependem dos recursos naturais para sua subsistência e desempenham papéis cruciais na gestão sustentável desses recursos. O neoliberalismo não só intensifica a degradação ambiental, mas também agrava as desigualdades de gênero, criando um ciclo vicioso de exploração e marginalização.

O feminismo ecológico surge como uma alternativa poderosa para repensar e reformular as práticas territoriais. Ao reconhecer a interconexão entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza, o feminismo ecológico propõe uma abordagem integrada que valoriza o conhecimento tradicional, a sustentabilidade e a justiça social. Esta perspectiva não apenas desafia as estruturas de dominação patriarcais e capitalistas, mas também promove a criação de políticas e práticas que são inclusivas, equitativas e sustentáveis.

A aplicação dos princípios do feminismo ecológico no planejamento territorial pode levar a um modelo mais holístico e justo de desenvolvimento. Isso inclui a participação ativa das mulheres nos processos de tomada de decisão, a valorização das economias locais e sustentáveis e a implementação de práticas que protejam e preservem os recursos naturais para as gerações futuras. Um exemplo prático é o apoio a iniciativas agroecológicas lideradas por mulheres, que promovem a soberania alimentar e a conservação ambiental enquanto fortalecem as comunidades locais.

Em conclusão, o reconhecimento da intersecção entre gênero e práticas territoriais é crucial para abordar as desigualdades persistentes criadas pelos processos de colonização e neoliberalismo. O feminismo ecológico oferece uma visão transformadora, que pode guiar a construção de um modelo de planejamento territorial, mais justo, inclusivo e sustentável,

promovendo uma verdadeira equidade de gênero e proteção ambiental. Ao adotar essa abordagem, pode-se começar a reverter os danos históricos e construir um futuro onde todos os indivíduos e comunidades possam prosperar em harmonia com a natureza.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do projeto "Governança ambiental da Macrometrópole Paulista diante da variabilidade climática", processo nº 2015/03804-9, e das bolsas de doutorado nº 2021/09660-0, 2022/16640-8; e de outras pesquisas 2022/08402-0 e 2023/01631-6.

REFERÊNCIAS

BEBBINGTON, A. Natural resource extraction and the possibilities of inclusive development: politics across space and time. **Effective States and Inclusive Development**, Online, n. 21, p. 1-40, jun. 2013.

BUTLER, J. **Quem tem medo do gênero?** Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo, SP: Boitempo, 2024.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FAVARETO, A. **Instituições e desenvolvimento territorial: perspectivas e desafios.** São Paulo: Editora UFABC, 2012.

FAVARETO, A. **Modelos de desenvolvimento e atores sociais: reflexões a partir da experiência brasileira.** Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GEBARA, I. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal.** Petrópolis: Vozes, 1999.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KLINK, J. J.; MOMM, S.; ZIONI, S.; FAVARETO, A.; MENCIO, M. O campo e a práxis transformadora do Planejamento: reflexões para uma agenda brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo., v. 18, n. 3, p. 381, 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5346>. Acesso em: 26 jun. 2024.

LEFF, E. **Political ecology: deconstructing capital and territorializing life.** [S. l.]: Palgrave Macmillan Cham, 2021. 459 p.

- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- MARROQUÍN, María Dolores. Para descolonizar nossos corpos e nossas sexualidades. **Capiremov.org**, 08 set. 2023. Traduzido do espanhol por Luiza Mançano. Disponível em: <https://capiremov.org/analises/para-descolonizar-nossos-corpos-e-nossas-sexualidades/>. Acesso em: 3 dez. 2024. Edição por Helena Zelic.
- MASSEY, Doreen. **Space, Place, and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. 280 p.
- MATOS, M. **Mulheres e neoliberalismo no Brasil: impactos e resistências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminism**. London: Zed Books, 1993.
- MOMM, S. *et al.* **Violência de gênero e o campo do planejamento e estudos territoriais: um retrato sobre a violência contra as mulheres no município de São Paulo durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 15, p. e20210384, 2023.
- MOSEY, Caroline **O. N. Gender planning and development: theory, practice and training**. London: Routledge, 1993.
- OSTROM, E. Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. **The American Economic Review**, Online, v. 100, n. 3, p. 641-672, jun. 2010.
- PADRO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- PAREDES, J. **Hilando fino desde el feminismo comunitario**. La Paz: Mujeres Creando Comunidad, 2010.
- PUGLIA, J. **Território e gênero: uma abordagem feminista do espaço urbano**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SHIVA, V. **Staying alive: women, ecology, and development**. London: Zed Books, 1989.

SPEAK, Suzanne; KUMAR, Ashok. **The dilemmas of diversity: gender, race, and ethnicity in planning theory.** In: GUNDER, Michael; WATSON, Vanessa; BRUNER, Jill (Eds.). The Routledge handbook of planning theory. London: Routledge, 2018. p. 155-158.

VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial.** Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144p.

YIFTACHEL, Oren; MAMMON, Nisa. **TheoriSE:** debating the southeastern turn in urban theories. Cape Town: African Centre for Cities, 2022.

¹ O conceito de neoliberalismo, como descrito na análise bourdieusiana de Andrade (2019), revela-se particularmente útil para compreender como as políticas urbanas contemporâneas reforçam hierarquias de poder e aprofundam desigualdades. Bourdieu (1998) argumenta que a lógica neoliberal promove uma "naturalização" das desigualdades sociais, moldando as subjetividades e as práticas de governança para se conformarem às exigências de mercado.